

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

A indução analítica*

Este arquivo não pode ser reproduzido ou
transmitido sejam quais forem os meios
empregados: eletrônicos, mecânicos,
fotográficos ou quaisquer outros.

A indução analítica se apresenta como um dos primeiros métodos de pesquisa sociológica. Sua aparição coincide com o impulso da Escola de Chicago, quando os pesquisadores fizeram amplo uso dos relatos de vida e dos estudos de caso. A indução analítica aparece na época em que a sociologia americana busca se constituir enquanto ciência, em relação às ciências físicas e naturais que a precederam, mas, ao mesmo tempo, quer se distinguir delas e rivalizar com elas: seus defensores julgavam provar ser possível não só coletar material qualitativo, como também analisá-lo de forma rigorosa.

Do ponto de vista estritamente histórico, a indução analítica ocupa um lugar importante, pois ela representará um momento crucial na evolução da metodologia de pesquisa qualitativa: para uns, a indução analítica constituirá o tronco sobre o qual as outras abordagens germinarão; para outros, ela será exatamente o oposto disso. Portanto, não será surpreendente detectar nos outros métodos de pesquisa qualitativa os traços de sua influência. Contudo, se a pesquisa qualitativa se confundia parcialmente com a indução analítica, nos primórdios da sociologia americana, a metodologia se diversificou e ramificou, posteriormente: o termo pesquisa qualitativa recobre agora uma multiplicidade de abordagens, como acertadamente o argumenta Van Maanen:

O termo “métodos qualitativos” não tem sentido preciso nas ciências sociais. No melhor dos casos, esse vocábulo geral designa uma variedade de técnicas interpretativas, tendo por objetivos descrever, decodificar, traduzir alguns fenômenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente. Essas técnicas dão mais atenção ao significado desses fenômenos do que à sua frequência (VAN MAANEN, 1983: 9).

Atualmente, os manuais de metodologia qualitativa classificam a indução analítica entre os outros métodos de pesquisa qualitativa. Deve-se dizer que a indução

* Este texto se baseia em um documento preparado por A. Gillain-Mauffette: *L'induction analytique: l'exception qui confirme la règle en recherche qualitative*. Universidade de Québec em Hull, 1992, 86 p. Elaborado no âmbito do projeto especial do Conselho Quebequense da Pesquisa Social, sobre a pesquisa qualitativa.

analítica não suscita mais como antes o interesse dos pesquisadores contemporâneos: outros métodos surgiram, enriquecendo a opção metodológica que se oferece aos pesquisadores. No entanto, mesmo que eles nem sempre se refiram abertamente a ela, muitos continuam recorrendo à indução analítica. De certo, eles não a empregam do mesmo modo que seus fundadores, não visam aos mesmos objetivos e não compartilham mais as mesmas pretensões, embora levem em conta os seus princípios gerais, adaptando-os. Por todas essas razões, a indução analítica figura, com razão, entre os outros métodos de pesquisa, tanto por sua eficácia na pesquisa quanto pelos debates que ocasiona.

O presente artigo expõe os diferentes aspectos da indução analítica. Depois de defini-la, examinaremos as principais etapas de sua aplicação. Serão abordados os debates primordiais por ela suscitados, permitindo-nos fazer sua avaliação, antes de concluir com uma análise sobre sua herança.

O que é a indução analítica?

A origem da indução é controversa. Ela é identificada nos trabalhos de cientistas e de pesquisadores do início do século, que se dedicam a pesquisas induzindo leis a partir do estudo de alguns casos isolados. Mas, se a maioria dos autores reconhece que várias pesquisas utilizando a indução analítica haviam sido publicadas antes da descrição dela feita por Znaniecki, este autor é por eles considerado, no entanto, como o porta-estandarte do método de indução analítica e seu ponto de vista ainda goza de autoridade no assunto (ZNANIECKI, 1934).

Znaniecki definiu a indução analítica em oposição explícita aos métodos estatísticos, que ele classificou sob o nome de indução enumerativa. Por tal termo, ele designava as generalizações estatísticas feitas a partir de uma amostra limitada de casos escolhidos para representar uma população determinada. Ele avaliava que os testes estatísticos então utilizados não levavam em consideração os casos excepcionais, que, deste modo, não podiam ser integrados ao conjunto. Ainda segundo Znaniecki, não basta pesquisar superficialmente as características de objetos pertencentes a uma classificação predeterminada: o procedimento dedutivo estabelece as classificações *a priori*, descartando os casos que o podem contradizer. A indução enumerativa perde em compreensão o que ela ganha em extensão; se ela se aplica a uma grande quantidade de casos, ela elimina aqueles que não pode incluir, enfraquecendo, assim, o alcance de seus resultados. Baseando-se nessa crítica, Znaniecki propôs de preferência utilizar a indução analítica que proporcionaria, em seu ponto de vista, um conhecimento verdadeiro e aprofundado da situação pesquisada. Para ele, a indução analítica começava onde a indução enumerativa terminava (ZNANIECKI, 1934: 250). Ele inclusive afirmava que esse método era o das ciências físicas e biológicas, e que ele deveria ser aplicado às ciências sociais (p. 236-237).

Mas, o que é a indução analítica? É, primeiramente, um procedimento lógico, que consiste em partir do concreto para chegar ao abstrato, delimitando as características essenciais de um fenômeno. Por este aspecto, ela se assemelha ao processo indutivo propriamente dito. No sentido estrito, a indução analítica é um procedimento metodológico das ciências sociais. Znaniecki não apresentou uma definição verdadeiramente completa e concisa sobre isso: ele indicou a orientação geral de sua pesquisa, ao invés de definir precisamente a metodologia que adotou. Devemos, portanto, recorrer a outros autores que se interessaram sobre a indução analítica, como Maunring, que assim a definiu: "A indução analítica é um método de pesquisa sociológica, qualitativo e não-experimental, que requer um estudo exaustivo de casos para chegar à formulação de explicações causais universais" (MANNING, 1982: 280).

Tal definição contém os principais elementos da indução analítica. Primeiramente, a natureza dos fatos sociais impede o recurso constante à experimentação: é preciso prever um outro método para estudar os casos que fogem à indução enumerativa, e, inclusive, para produzir conhecimentos confiáveis. Para tanto, deve-se analisar profundamente um pequeno número de casos, descrever suas características essenciais, retratar as causas dos fenômenos e observar como eles interagem para produzir um determinado resultado. No fim do processo, o pesquisador deveria ser capaz de formular proposições aplicáveis a todos os casos examinados, bem como fornecer uma explicação causal do problema pesquisado.

A indução analítica procede de uma abordagem que, hoje, qualificaríamos de não-probabilística: quando um caso é analisado e qualificado como típico, ou seja, quando ele apresenta um conjunto coerente de características que lhe são próprias, supõe-se que estas serão encontradas em outros casos de sua mesma ordem. "O caráter suficiente do caso não se exprime em termos de número, mas segundo as qualidades ou virtudes metodológicas reconhecidas do caso, de acordo com a finalidade do estudo" (DUFOUR; FORTIN; HAMEL, 1991: 65). Esta é a razão pela qual também se chamou a indução analítica de método dos casos típicos, segundo o qual o pesquisador enfatiza o exame aprofundado dos casos e não a sua quantidade. Quando um caso não condiz com a explicação, ele é tido como negativo, e exige que o pesquisador a reveja. No entanto, a indução analítica difere do "tipo ideal" de Weber: enquanto o tipo weberiano é um conceito, o tipo de Znaniecki é um tipo aperfeiçoado empiricamente. Em resumo, pode-se dizer que a indução analítica é um modo de coleta e análise de dados, que tem por objetivo evidenciar os elementos fundamentais de um fenômeno, para daí deduzir, se possível, uma explicação universal.

As etapas do procedimento

Diferentes autores destacaram, resumiram e detalharam as etapas da indução analítica. Descrita como dialética por uns, e como cíclica por outros, todos estão de acordo quanto a sua influência. No entanto, a descrição dela feita por Cressey

(1953) foi retomada por vários autores e constitui o principal ponto de referência (BOGDAN & BIKLEN, 1982; MANNING, 1982; TAYLOR & BOGDAN, 1984; BERG, 1989; HAMMERSLEY, 1989; TESCH, 1990). Segundo Cressey, a indução analítica compreende as sete etapas seguintes:

- 1) o pesquisador define grosso modo o fenômeno que ele pretende explicar;
- 2) ele formula uma hipótese provisória para explicar esse fenômeno;
- 3) ele confronta cada caso à hipótese provisória, com o objetivo de determinar se esta explica os fatos apresentados em cada caso;
- 4) se a hipótese não corresponde aos fatos, ele deve reformulá-la, ou então redefinir o fenômeno, de modo a incluir esse caso;
- 5) o pesquisador atinge uma certeza provável, após ter examinado um pequeno número de casos; porém, a descoberta de um único caso negativo, seja pelo pesquisador em questão, ou por algum outro, invalida a explicação e exige que ela seja reformulada;
- 6) o pesquisador retoma o processo de exame dos casos e de redefinição do fenômeno e reformulação da hipótese, até estabelecer uma relação universal, cada caso negativo exigindo que seja redefinido o fenômeno ou reformulada a explicação;
- 7) ele examina, para efeitos de demonstração, casos fora do âmbito circunscrito, para determinar se a explicação final também se aplica a eles (CRESSEY, 1953: 16).

A indução analítica procede, em sentido inverso, dos métodos hipotético-dedutivos: o pesquisador trabalha de cima a baixo, começando pelos fatos e elaborando, em seguida, conceitos teóricos e proposições (KIDDER, 1981). O trabalho analítico começa com um exame minucioso de um fenômeno social, visando determinar as propriedades, características, partes e elementos que o constituem. Quais são os elementos mais e os menos fundamentais? Ao se retirar um elemento preciso, o fenômeno muda? (JORGENSEN, 1989). Atualmente, diríamos que a indução analítica começa com uma descrição detalhada (*thick description*) da situação pesquisada, e esta análise cuidadosa é que permite compreender e extrair as propriedades significativas de uma classe de objetos (MANNING, 1982). Os dados são, então, decompostos e alguns elementos são escolhidos como dados de base. É assim que o fenômeno pesquisado é delimitado segundo seus componentes fundamentais, e que os materiais são examinados, constituindo operações que levam ao delineamento das relações lógicas entre esses mesmos componentes (HUBERMAN & MILES, 1991).

Nos mais célebres estudos sociológicos em que a indução analítica foi aplicada, sendo os de Lindesmith (1947) e os de Cressey (1953) os mais citados, nota-se que a hipótese ou a teoria é verificada por uma utilização seqüencial de cada caso como potencialmente negativo. Se a hipótese é confirmada pelo primeiro caso, mas não

pelo segundo, ela é reformulada (ou o fenômeno é redefinido), até que todos os casos sejam explicados pela teoria. O processo de pesquisa consiste em analisar uma série de casos que podem exigir uma revisão gradual da teoria original. O tratamento dos casos negativos tem, portanto, o efeito de aperfeiçoar a teoria e torná-la progressivamente capaz de explicar os dados empíricos oriundos da pesquisa.

A construção da teoria se efetua segundo um processo evolutivo, com os dados incompatíveis com o construto teórico do momento exigindo que essa estrutura teórica seja ampliada e aprimorada. A teoria e a hipótese são o ponto de chegada do método, e não o ponto de partida: elas são elaboradas durante a pesquisa, pela interação da explicação e das informações, até sua formulação final. Teoria e hipótese são, simultaneamente, fim e meio. Essa estratégia permitirá estabelecer tipologias de casos, categorias de fenômenos, relações entre as categorias, e hipóteses.

Depois de obtida, essa síntese será avaliada e confrontada com as informações provenientes de uma nova leva de dados (HUBERMAN & MILES, 1991). Esse processo de comparação constante entre o esquema e a realidade consolidará (ou invalidará) “as proposições descritivas e as interpretações prévias” (BERTAUX, 1986: 27). Durante todo o processo de pesquisa, a teoria será revisada para esgotar todos os fatos que surjam, assim como o próprio problema de pesquisa será modificado (BOGDAN & BIKLEN, 1982). Trata-se, de certa forma, de um processo de “indução por eliminação”, segundo o qual se testa a solidez do esquema explicativo, comparando-o com outros dados.

Para ilustrar o desenvolvimento da indução analítica, eis um exemplo extraído das pesquisas realizadas por Cressey (1953), nas quais ele aplicou seu método. Inicialmente, ele pretendia ressaltar as condições necessárias e suficientes que podem levar a um abuso de confiança; ele tomou como objeto de estudo os desvios fraudulentos de fundos. Baseando-se na indução analítica, ele queria determinar uma seqüência precisa de acontecimentos que sempre ocorre quando há desvios de fundos, e sempre inexistente, quando não os há. Primeiramente, ele estabeleceu quatro condições obrigatoriamente presentes nos casos de desvios de fundos: o indivíduo deve ocupar posição de confiança; ter um problema financeiro, em sua opinião, inconfessável; considerar o desvio de fundos como uma solução possível; e formular uma justificativa de seu ato.

Cressey deu início à sua pesquisa, referindo-se à descrição jurídica do desvio de fundos. Se tal descrição incluía os vigaristas profissionais, bem como os emissores de cheques falsos, ela excluía, contudo, alguns tipos de desvios. Cressey teve de redefinir o termo para explicar por que pessoas tendo ocupado um cargo de confiança abusaram, depois, de sua posição, fazendo-o, porém, de boa-fé. Para colher esses dados, ele entrevistou prisioneiros cujo comportamento respondia a esse último critério: esses indivíduos pesquisados por Cressey faziam parte da população dita “normal”, antes de sua infração. Em contrapartida, ele excluiu os prisioneiros que haviam aceitado o cargo com a intenção deliberada de dele tirar proveito, restringindo, desse

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610/1998. Este trabalho não pode ser reproduzido ou transmitido de qualquer forma, eletrônica, mecânica, fotográfica ou quaisquer outros.

modo, sua pesquisa a pessoas que cometeram desvios. Ele pôde analisar o fenômeno de modo mais amplo, baseando-se também nos depoimentos retrospectivos desses interlocutores; porém, ele não entrevistou pessoas que nunca tenham cometido desvios, pois isto teria sido uma outra pesquisa, já que, nas mesmas condições, há quem não se torne culpado de um desvio fraudulento de fundos.

Pode-se encontrar em Hammersley (1989) e Kidder (1981) as várias versões de suas hipóteses, em diferentes etapas de sua pesquisa; no entanto, Cressey admite ter se sentido na obrigação de reformular e revisar sua hipótese cinco vezes, antes de chegar à sua conclusão sobre as causas dos desvios. Primeiramente, ele supôs que há desvio de fundos quando um indivíduo entendeu, ou foi levado a crer, que alguns tipos de desvios não eram um verdadeiro crime e se tratava apenas de uma violação técnica. Ele teve de abandonar essa hipótese, quando encontrou pessoas que sabiam exatamente que seu gesto era ilegal. Sua segunda hipótese se voltou para as necessidades: uma necessidade urgente de fundos adicionais faz com que a pessoa recorra aos desvios fraudulentos. Esta hipótese também teve de ser rejeitada, pois alguns sujeitos declaravam ter vivido situações de urgência, por vezes mais gritantes, sem terem chegado a realizar tais desvios.

A terceira hipótese dizia respeito ao isolamento psicológico: pessoas traíam a confiança nelas depositada, isentando-se de obrigações financeiras que reputavam como socialmente inconfessáveis – por exemplo, dívidas de jogo – e que, conseqüentemente, deveriam ser resolvidas secretamente. Porém, ao verificar essa afirmação, nas entrevistas precedentes e subseqüentes, Cressey se deu conta de que alguns sujeitos haviam tido obrigações clandestinas, mas nem por isso haviam desviado fundos; enquanto outros não as tiveram, mas, mesmo assim, fizeram desvios. Como todos os desvios não se explicavam pelo descompasso entre as despesas e as rendas dos entrevistados, Cressey substituiu o termo obrigação financeira pelo de problema financeiro. Todavia, tal reformulação não englobava todos os casos: de fato, os últimos contra-exemplos encontrados preenchiam todas as condições, mas os sujeitos jamais haviam desviado fundos anteriormente, em razão de suas crenças morais. De modo a incorporar esses novos casos, Cressey chegou à hipótese final: pessoas de confiança abusam de sua situação, quando acreditam ter um problema financeiro inconfessável – o qual sabem que poderá ser resolvido secretamente, por meio de um desvio de fundos –, e conseguem justificar seus atos para conservar sua imagem de honestidade. Essa explicação convinha a todos os casos que ele havia pesquisado e nenhum novo caso veio contradizê-la.

Cada vez que formulava uma nova hipótese, Cressey a verificava por meio de novas entrevistas, além de analisar aquelas anteriormente registradas, e também suas observações. Esse procedimento retrospectivo está na base da indução analítica: Cressey pôs à prova sua hipótese final confrontando-a não apenas a todos os dados que havia coletado, mas também a mais de 200 casos de desvios estudados por um outro pesquisador, e, ainda, realizando entrevistas adicionais em uma ou-

tra penitenciária. Ele não encontrou nenhum contra-exemplo e sua explicação abrangia todos os casos que ele havia examinado.

Segundo Manning (1982), a pesquisa de Cressey (1953) e também as de Lindesmith (1947) e de Becker (1963) constituem bons exemplos da contribuição da indução analítica à metodologia da pesquisa na sociologia.

As pesquisas sociológicas para as quais a análise indutiva foi utilizada seguem grosso modo o modelo proposto por Cressey, mas a prática é menos linear e as etapas também não são claramente distinguidas (ver, por exemplo, os trabalhos de Frazier (1978) e Tesch (1990)). Segundo Bogdan e Biklen (1982), que relatam a sua própria experiência, o pesquisador começa sua pesquisa com um problema determinado, para se dar conta, após algumas entrevistas, de que o modo como propunha o problema de pesquisa não correspondia aos dados coletados. Tipicamente, as primeiras entrevistas contribuem mais para a formulação do problema do que para a elaboração de proposições rigorosas. Além disso, o processo não toma a forma clássica do funil: ao contrário, a análise se torna cada vez mais ampla com o acúmulo de novos casos, mesmo se a teoria se torna habitualmente precisa, com o tempo. Entre a regra e a prática, adaptações são não somente possíveis, como necessárias.

Os debates em torno da indução analítica

A indução analítica levantou várias questões, que nem sempre foram resolvidas satisfatoriamente, e continuam sendo objeto de discussões entre os pesquisadores. Eis algumas delas:

A delimitação do caso pesquisado

Onde delimitar a fronteira do caso pesquisado? Por vezes, criticou-se a indução analítica por reduzir progressivamente os limites do caso pesquisado, de maneira que ele se encontrasse tolhido de qualquer influência externa e acabasse por se explicar por si mesmo. Assim, a hipótese se aplicaria infalivelmente, uma vez que ela não poderia ser invalidada. Essa crítica é severa. Com efeito, toda pesquisa deve recortar seu objeto, precisar o campo de aplicação de seus conceitos e explicitar as restrições requeridas pela explicação proposta pelo pesquisador. A indução analítica alcança isso, especificando o problema que busca aprofundar, estabelecendo os critérios de seleção de sua amostra, e aperfeiçoando sua metodologia de coleta de dados e de análise. Desse ponto de vista, não se pode culpar a indução analítica de circunscrever o fenômeno pesquisado, quando se lhe impõe essa condição como a qualquer outro método de pesquisa.

A característica geral da pesquisa qualitativa, e da indução analítica em particular, é a de não multiplicar os casos, sem tê-los analisado em profundidade. Esse procedimento possibilita revisar a explicação gradativamente, e adaptá-la à realidade em questão. A pesquisa cessa quando a explicação se aplica aos casos encon-

trados, como o demonstra o exemplo de Cressey: é a prova de que o fenômeno foi evidenciado, delimitado e explicado. Se o caminho trilhado pode se distanciar do procedimento habitual, o ponto de chegada é o mesmo, e é do ponto de vista da validade dos resultados obtidos que a indução analítica, como qualquer outro método de pesquisa, deve ser avaliada.

A causalidade

À semelhança de outros cientistas, os pesquisadores nas ciências sociais, sobretudo aqueles do final do século passado, gabavam-se de isolar as causas dos fenômenos sociais e formular proposições universais, aplicáveis em todos os tempos. Marx não havia atribuído ao conhecimento o objetivo de descobrir as leis sociais se aplicando com tanto rigor quanto a lei da gravidade? Ele não foi o único a defender essa opinião, que se encontra em vários pesquisadores dessa época, como Znaniecki.

A experiência da pesquisa demonstrou que a determinação das causas não é tarefa fácil. Se um estudo pode conseguir isolar os fatores determinantes de um fenômeno social, não ocorre o mesmo que esses fatores ajam em uma sociedade historicamente localizada e que sua força de explicação se encontre consideravelmente reduzida, quando eles são inseridos num outro contexto espacial, social ou temporal. As situações sociais constituem um emaranhado, que não é fácil desenredar: consegue-se algo, isolando um aspecto, mas, ao fazê-lo, perde-se de vista a totalidade. Desse ponto de vista, a concepção dos pesquisadores contemporâneos evoluiu, inclusive a dos pesquisadores que recorrem à indução analítica: em lugar de buscar as causas, eles se contentam, geralmente, com correspondências estreitas, ligações significativas, arriscando ter de retomar seu trabalho sobre a experiência, posteriormente.

A universalidade

A busca das causas tem por corolário a descoberta de conhecimentos universais: se conseguirmos descobrir as verdadeiras causas dos fenômenos sociais, produziremos um conhecimento válido para a humanidade. E isto sem levar em consideração os fatores culturais que, certamente, influem nas preocupações do pesquisador, seus conceitos e suas bases epistemológicas. A própria prática da pesquisa demonstra que o conhecimento é limitado pelo contexto social que o produz e que o objetivo da universalidade é difícil, senão impossível, de atingir. Certamente, com o passar do tempo, todo conhecimento apresenta fraquezas e acaba sendo refutado, pelo menos inserido num contexto mais amplo que lhe dá um sentido novo.

Com o tempo, a pesquisa social se torna mais humilde e reconhece a influência do contexto no qual se desenvolve. Ela se apresenta mais contextualizada, fixada num determinado tempo, preocupada com as circunstâncias particulares, e influen-

ciada pela sensibilidade de uma época específica. Porém, não ocorre que por falta de se lançar à busca de causas verdadeiras, ou de uma explicação universal, a indução analítica perca sua razão de ser. Ao contrário, mesmo enraizada em um contexto que a limita, ela pode produzir conhecimentos pertinentes. As generalizações envelhecem mal. É o caso da pesquisa realizada por Manning (1977) sobre o aborto.

Manning buscava descobrir se uma sequência precisa de acontecimentos — ou um conjunto de acontecimentos — estava sempre presente nos casos de aborto, e se era possível identificar os fatores contextuais que determinam a presença ou a ausência do acontecimento. Primeiramente, ele solicitou a uma estudante que lhe havia falado sobre a sua decisão de abortar que redigisse um documento relatando a sua experiência de aborto. Em seguida, ele pediu aos estudantes de um outro grupo que coletassem a história de algumas pessoas de seu relacionamento que tivessem sofrido, ou decidido sofrer um aborto. As causas da gravidez eram múltiplas: falha dos meios contraceptivos, paixão súbita, agressão. Várias escolhas se ofereciam: casar-se, ter o bebê, ou abortá-lo, legalmente ou não, de maneira profissional ou não. Por outro lado, o aborto como categoria jurídica cobre uma variedade de atos, legais ou ilegais. Para fins da pesquisa, o aborto foi definido como a interrupção ilegal de uma gravidez vista como problemática. Além disso, a amostra foi limitada a estudantes solteiras e excluía os abortos terapêuticos, os abortos involuntários e a interrupção da gravidez exigida pelos pais.

A primeira hipótese elaborada foi a de que a mulher começava a considerar o aborto quando tomava consciência de sua gravidez, eliminava o casamento como solução, e ponderava que não podia falar desse problema. Uma pesquisa mais aprofundada demonstrou que a eliminação do casamento não significava um desinteresse pelo casamento em si, nem uma falta de desejo pelo bebê. Todas as mulheres entrevistadas haviam percorrido diversas etapas, qualquer que fosse a situação de seus pais, de seus amigos masculinos e de seus parceiros sexuais. Todas forjaram uma justificativa ou uma explicação de seu ato. Manning acabou formulando uma outra hipótese: um aborto ocorre quando uma mulher solteira que se define como grávida, e não deseja nem se casar, nem criar uma criança, recebe de seus amigos o conselho de recorrer ao aborto para resolver o seu problema. Ela neutraliza assim o caráter desviante de sua decisão e encontra alguém para praticar o aborto. “As mulheres que constituem exceção a essa regra não abortaram; elas eram casadas, ou haviam renunciado a interromper sua gravidez por conselho de amigos, ou não puderam sofrer a tempo a um aborto”.

Ao mesmo tempo em que esse exemplo descreve o procedimento da indução analítica, ele demonstra bem como os resultados podem variar de um contexto a outro. Há, em primeiro lugar, uma diferença fundamental entre viver em um lugar onde é ilegal abortar, ou então o aborto é considerado ilegal, e em um lugar onde ele não o é: essa diferença influi, certamente, na decisão das mulheres e nas possi-

bilidades oferecidas a elas. Em segundo lugar, as mulheres solteiras não são mais as únicas a abortar e o casamento já não é determinante: outros fatores parecem agora muito mais importantes, como o efeito da maternidade sobre a carreira das mulheres, sobre seu desenvolvimento pessoal, o número de filhos que elas já tiveram, sua situação socioeconômica. Ocorre, portanto, que se a generalização de Manning podia ser defendida nos anos 1970, ela é, hoje, desmentida pela evolução dos costumes e pela passagem do tempo.

Em sua prática mais purista, a indução analítica visa fornecer explicações universais, mais do que probabilidades; o que significa dizer que todos os casos encontrados deverão ser explicados. Outros pesquisadores, à semelhança de Katz (1983), adotam uma posição mais nuançada: a indução analítica é um método útil para construir o conhecimento, mas sua busca da explicação perfeita ou universal deveria ser vista mais como uma estratégia de pesquisa do que como a finalidade última do método, ou como a medida de suas capacidades.

O caso negativo

Segundo os fundadores da indução analítica, a superioridade de seu método provinha de sua maior proximidade com o campo, possibilitando ter em conta os casos negativos que os testes estatísticos não podiam levar em consideração. Se este aspecto se revelava plausível em sua época, ele o é menos atualmente: os pesquisadores dispõem, agora, de uma aparelhagem estatística sofisticada que o uso do computador aperfeiçoou. Nesse sentido, a situação se transformou completamente desde o tempo em que Znaniecki expressava suas restrições à indução enumerativa.

A explicitação dos casos negativos que deviam modificar a teoria também coloca problemas sérios. Em primeiro lugar, é possível delimitar todos os casos negativos? Como ter certeza de que todos os casos foram compilados, e, principalmente, todos os casos negativos? Em segundo lugar, nem todo caso negativo tem o mesmo peso, conforme o momento da pesquisa em que aparece: quando ele se manifesta no final dela, por exemplo, tem ele a mesma influência do que em seu início? Os casos negativos podem escapar ao pesquisador, pela simples razão de se situarem fora de sua compreensão, ou de seu contexto moral ou cultural? O que ocorre com os casos negativos que escapam à consciência do pesquisador, ou com aqueles que é impossível incorporar? Em resumo, se alguns afirmam que se deve prosseguir até que não exista mais exceção à regra, Lincoln e Guba (1985) observam que é difícil acreditar que não se possa encontrar uma única exceção entre centenas de casos. Assim como outros, eles consideram que a regra é demasiado rígida. Com efeito, o objetivo não é atingir a explicação perfeita, mas sim, medir o progresso realizado graças aos casos negativos e por meio das transformações da explicação em relação ao conhecimento inicial.

Avaliação do método

A indução analítica é um método polivalente. Aliás, esta polivalência existe desde o início, quando Znaniecki designa à indução analítica a função de confirmar as leis conhecidas e descobrir as novas. Entretanto, e ainda que seus sucessores tenham reduzido o alcance da indução analítica, essa concepção original, que alguns julgam ultrapassada, perdura no espírito de vários pesquisadores, quando se quer distanciar-se da indução analítica, alega-se que ela enfatiza a descoberta de leis universais, como o atesta a citação seguinte: "A indução analítica tem a função de criar e demonstrar uma teoria integrada, limitada, precisa, e universalmente aplicável, das causas de um comportamento particular (como a toxicomania ou o desvio fraudulento de fundos)" (GLASER & STRAUSS, 1967: 104). Assim sendo, é bastante provável que mesmo os atuais defensores da indução analítica não se identificassem com essa definição dada por Glaser e Strauss: em primeiro lugar, a indução analítica não serve apenas para descobrir novas teorias; e, depois, a pretensão de explicitar leis universais é muito discutível e, hoje, poucos metodologistas se atêm a isso, obstinadamente. Porém, permanece o fato de que a indução analítica é um método de pesquisa que ainda apresenta diversas vantagens.

Pela importância que ela atribui aos casos negativos, a indução analítica impõe uma articulação estreita entre as observações e a teoria. E também leva à construção de teorias capazes de incorporar dados contraditórios, ou suscitar a formulação de novas explicações. Alguns críticos, dentre os quais Denzin (1978: 196), queixaram-se da duração do processo: mesmo pesquisando apenas um pequeno número de casos, a análise e a apresentação são mais longas do que em outros métodos. É também verdade que a indução analítica não convém a todos os objetos de pesquisa: outros meios mais rápidos podem apresentar resultados satisfatórios, tais como a sondagem ou a pesquisa experimental. Em contrapartida, a indução analítica é, geralmente, a única solução que se oferece aos pesquisadores. Por exemplo, quando se trata de examinar de perto os processos (BECKER, 1954; MARSHALL & ROSSMAN, 1989), compreender o contexto social próximo (HAMMERSLEY, 1989), o aspecto subjetivo dos processos (BECKER, 1963; MANNING, 1982), captar o significado da linguagem dos integrantes de um grupo e ver o mundo com os seus olhos, a indução analítica constitui um procedimento muito eficaz.

Vários autores insistem na capacidade da indução analítica em permitir não só a elaboração de teorias, como também sua verificação (BOGDAN & BIKLEN, 1982). Por exemplo, Hammersley e Atkinson (1983: 205) fazem dela um modelo útil para testar o valor explicativo de uma teoria, porque ela possibilita contrapô-la a outras e avaliar, assim, seu alcance. Lindesmith (1947) pôde construir e verificar sua teoria, confrontando-a com as teorias fisiológicas e psicológicas relativas à dependência das drogas. Nessa ótica, a indução analítica seria uma versão original do método comparativo. Além disso, segundo Hammersley e Atkinson (1983), a indução analítica é habitualmente adotada na etnografia, para resolver problemas

de verificação: Berg (1989) recomenda inclusive a sua utilização para avaliar o valor de uma hipótese.

Com a indução analítica, levantou-se a questão da dificuldade de impedir a intrusão da teoria do pesquisador na interpretação dos dados (FRAZIER, 1978): a força do método dependeria da habilidade do pesquisador e não poderia ultrapassar a de seus utilizadores. Porém, pode-se perguntar se isso é tão diferente no caso da sondagem ou da experimentação. Existe esse método de pesquisa apresentando um tal grau de precisão, que possibilite excluir qualquer intrusão externa, subjetiva ou objetiva? A pesquisa não é senão uma técnica que se aplica: ela é também um ofício que se aprende a dominar e um conhecimento que evolui. Desse ponto de vista, não se pode exigir da indução analítica uma perfeição que ninguém atinge.

Em resumo, a indução analítica deve ser examinada e avaliada globalmente, da mesma maneira que toda pesquisa de campo, à luz do processo de pesquisa e da formulação da teoria (TURNER, 1969). É preciso aplicar à indução analítica os mesmos padrões que aqueles aos quais se recorreu para julgar qualquer relatório de pesquisa qualitativa: os métodos de coleta de dados são explicitados; os dados documentam o constructo analítico; os casos negativos são destacados e o pesquisador explicita como se deu conta deles, examinando seus vieses, assim como as decisões tomadas no campo de pesquisa para avaliar as mudanças de estratégia e de orientação, e também o alcance da teoria e das generalizações (MARSHALL & ROSSMAN, 1989). A indução analítica deve ser avaliada principalmente em sua capacidade de produzir conhecimentos verdadeiros.

O legado da indução analítica

Se a indução analítica é hoje bem menos aplicada em sua forma original, ela faz, contudo, parte do patrimônio metodológico das ciências sociais. Além disso, depreendem-se facilmente as marcas de sua influência em vários outros procedimentos de pesquisa mais contemporâneos. Por exemplo, Legall faz uma exposição da utilização do relato de vida, que convém satisfatoriamente para descrever a indução analítica:

Não existe, pode-se dizer, tempo de coleta de dados, fase puramente técnica que se intercalaria entre a problemática e a análise. No momento da coleta dos relatos de vida, o pesquisador-entrevistador já se encontra na fase da análise. De fato, ele não pode ficar indiferente àquilo que afirmou de maneira hipotética, sobretudo quando tudo o que leva a constatar que o "empirismo" invalida suas proposições iniciais, conduzindo-o, aliás, a retomadas sempre diferentes (LEGALL, 1987: 41).

O método do relato de vida é tomado da indução analítica: o pesquisador supõe que um ou mais casos intensamente analisados representarão fielmente o universo do qual foram extraídos. Se vários adeptos do relato de vida se ativeram à

monografia, sem nenhuma pretensão de estabelecer relações causais e nem mesmo formular hipóteses, é fato que vários técnicos do método de relatos de vida se servem de um modelo de análise dos dados semelhante àquela da indução analítica:

Mesmo quando se tem um problema preciso a propor, uma idéia bem circunscrita do objeto de estudo, é impossível, a não ser impondo suas próprias categorias de leitura, chegar rapidamente a apreender o sentido profundo do qual está impregnada a entrevista. Não é senão por abordagens repetidas que o material passa progressivamente a falar, revelando, assim, gradativamente, diferentes níveis de significação, dos quais não se teria tido mesmo noção, logo no início da análise. Por exemplo, detalhes tidos como secundários ou sem importância, em inúmeras leituras, podem passar subitamente ao primeiro plano da análise, e, em seguida, impor-se como absolutamente fundamentais para o conjunto da interpretação, como sendo as chaves que permitem integrar globalmente o sentido da experiência em questão (MORIN, 1973: 13).

Na teorização enraizada (*grounded theory*), como na indução analítica, a análise começa cedo na pesquisa e é quase concluída no final da coleta dos dados: a coleta, a codificação e a análise dos dados são interligadas de modo inextricável. A indução analítica partilha, com a teorização enraizada, o método da comparação constante, cujo objetivo consiste na explicitação de categorias e na formulação de proposições relacionais (GOETZ & LeCOMPTE, 1981). Nos dois casos, a teorização e a descrição são duas operações executadas simultaneamente.

Os dois métodos se distinguem, entretanto, por vários aspectos. Glaser e Strauss (1967) afirmam, por exemplo, que, contrariamente à indução analítica, seu método por teorização enraizada não se interessa pela verificação: a estratégia de comparação constante distingue o processo de explicação do processo de verificação da teoria, para insistir mais na descoberta e na explicação. Ela prefere a proliferação das propriedades e categorias à sua limitação (TURNER, 1969). Nos dois métodos, as proposições serão organizadas em uma teoria integrada, contudo o método de Glaser e Strauss não visa à universalidade. Além disso, as propriedades enunciadas serão tanto causas – como na indução analítica – quanto condições, conseqüências ou dimensões. Se os dois métodos recorrem a tipos de amostragem não-probabilística, a sua estrutura é diferente: uma mais molecular, devido ao uso da comparação constante; a outra mais linear, em razão do recurso ao caso negativo (SHERMAN & WEBB, 1988). Em suma, a teorização enraizada e a indução analítica têm em comum a ambição de adaptar o método ao seu objeto e flexibilizar o processo de pesquisa, para melhor dar conta, ao mesmo tempo, do mundo social e da realização concreta da pesquisa.

É bastante possível que a noção de caso negativo seja o legado mais importante da indução analítica à pesquisa social: todo pesquisador deve levar em consideração as informações que vão ao encontro de sua explicação. Ao mesmo tem-

po, a novidade surge geralmente da margem, jorrando informações de aparência bizarra e contraditória, que demandam uma outra explicação, e mesmo o inverso da primeira. Desse ponto de vista, os fundadores da indução analítica haviam descoberto um bom filão.

Com o tempo, a indução analítica conheceu um certo número de refinamentos, incluindo variações de estilo e de objetivos (BERG, 1989). Alguns autores, como Hammersley e Atkinson (1983), afirmam que a indução analítica foi pouco a pouco abandonada, depois de Znaniecki; outros argumentam que, ao contrário, ela foi mais amplamente utilizada e contribuiu grandemente para o progresso das ciências sociais. Realmente, os pesquisadores não chegaram a concordar sobre o valor desse método. Entretanto, ainda que ele tenha perdido em popularidade, ele foi ainda assim utilizado regularmente, em diferentes áreas. Vários pesquisadores se prevaleceram e se serviram dele para realizar pesquisas sobre os temas mais diversos, como o atestam os estudos recentes (KIDDER, 1977; McCLEARY, 1977; MANNING, 1977; BLOOR, 1978; MEHAN, 1979; BLASE, 1980; BOGDAN & BIKLEN, 1982; KATZ, 1983; TAYLOR & BOGDAN, 1984).

Conclusão

A indução analítica traz a marca do tempo que a viu nascer, suas esperanças e seus problemas. É verdade que a evolução do conhecimento e a prática permitiram alargar a panóplia dos métodos de que os pesquisadores dispõem atualmente: a indução analítica foi completada por outros métodos, ela se integrou a eles e se viu transformada. Doravante, os pesquisadores não podem mais pretender, como Znaniecki, que a indução analítica seja o método de pesquisa por excelência nas ciências sociais. Contudo, sua persistência e as questões que ela continua propondo confirmam, possivelmente, a validade das intuições de seus fundadores.

Referências

- BECKER, H.S. (1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. Nova York: Free Press [em francês, sob o título *Outsiders: Études de sociologie de la déviance*. Paris: Métailié, 1985].
- _____. (1958). "Problems of Inference and Proof in Participant Observation. In: BECKER, H.S. *Sociological Work: Method and Substance*. New Brunswick (N.J.): Transaction Books, p. 25-39.
- BERG, B.L. (1989). *Qualitative Research Method for the Social Science*. Boston: Allyn and Bacon.
- BERTAUX, D. (1986). "Fonctions diverses des récits de vie dans le processus de recherche". In: DESMARAIS, D. & GRELL, P. (orgs.). *Les récits de vie: théorie, méthode et trajectoires types*. Montreal: Saint-Martin, p. 21-34.

- BLASE, J.J. (1980). *On the Meaning of Being a Teacher: A Study of Teacher's Perspective*. [s.l.]: Universidade Syracuse [Tese de doutorado].
- BLOOR, M. (1978). "On the Analysis of Observational Data: A Discussion of the Work and Uses of Inductive Technique and Respondent Validation". *Sociology*, vol. 12, n. 3, setembro, p. 545-552.
- BOGDAN, R.C. & BIKLEN, S.K. (1982). *Qualitative Research for Education – An Introduction to Theory and Methods*. Boston: Allyn and Bacon.
- CRESSEY, D.R. (1953). *Other People's Money: A Study in the Social Psychology of Embezzlement*. Glencoe (Illinois): Free Press.
- DENZIN, N.K. (1978). *The Research Act – A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. Nova York: McGraw-Hill.
- DUFOUR, S.; FORTIN, D.; HAMEL, J. (1991). *L'enquête de terrain en sciences sociales – L'approche monographique et les méthodes qualitatives*. Montreal: Saint-Martin.
- FRAZIER, C. (1978). "The Use of Life-Histories in Testing Theories of Criminal Behavior: Toward Reviving a Method". *Qualitative Sociology*, vol. 1, n. 1, p. 122-142.
- GLASER, B.G. & STRAUSS, A.L. (1967). *The Discovery of Grounded Theory – Strategies for Qualitative Research*. Chicago: Aldine.
- GOETZ, J.P. & LeCOMPTE, M.D. (1981). "Ethnographic Research and the Problem of Data Reduction". *Anthropology and Education Quarterly*, vol. 12, n. 1, p. 51-70.
- GUBA, E.G. & LINCOLN, Y.S. (1989). *Fourth Generation Evaluation*. Newbury Park (Califórnia): Sage.
- HAMMERSLEY, M. (1989). *The Dilemma of Qualitative Method – Herbert Blumer and the Chicago Tradition*. Nova York: Routledge.
- HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. (1983). *Ethnography: Principles in Practice*. Nova York: Tavistock.
- HUBERMAN, A.M. & MILES, M.B. (1991). *Analyse des données qualitatives – Recueil de nouvelles méthodes*. Bruxelas: De Boeck.
- JORGENSEN, D.L. (1989). *Participant Observation – A Methodology for Human Studies*. Newbury Park (Califórnia): Sage [Applied Social Research Methods Series, vol. 15].
- KATZ, J. (1983). "A Theory of Qualitative Methodology: the Social System of Analytic Fieldwork". In: EMERSON, R.M. (org.). *Contemporary Field Research*. Boston: Little/Brown, p. 127-147.

KIDDER, L.H. (1981). "Qualitative Research and Quasi-Experimental Frameworks". In: BREWER, M.B. & COLLINS, B.E. (orgs.). *Scientific Inquiry and the Social Sciences*. São Francisco: Jossey-Bass, p. 227-253.

_____. (1977). *Foreign Visitors: A Study of the Chanaes in Selves – Skills and Attitudes of Westerners in India*. [s.l.]: Universidade Northwestern [Tese de doutorado].

LEGALL, D. (1987). "Les récits de vie: approcher le social par la pratique". In: DESLAURIERS, J.-P. (org.). *Les méthodes de la recherche qualitative*. Québec, Presses de l'Université du Québec, p. 35-48.

LINCOLN, Y.S. & GUBA, E.G. (1985). *Naturalistic Inquiry*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.

LINDESMITH, A.R. (1947). *Opiate Addiction*. Blommington (Ind.): Principia.

MANNING, P.K. (1982). "Analytic Induction". In: MANNING, P.K. & SMITH, R.B. (orgs.). *A Handbook of Social Science Methods – Vol. 2: Qualitative Methods*. Cambridge (Mass.): Ballinger, p. 273-302.

_____. (1977). "Fixing What You Feared". In: HENSLIN, J. (org.). *The Sociology of Sex*. Nova York: Appleton-Century Crafts.

MARSHALL, C. & ROSSMAN, G.B. (1989). *Designing Qualitative Research*. Newbury Park (Califórnia): Sage.

MCCLEARY, R. (1977). "How Parole Officers Use Records". *Social Problems*, vol. 24, n. 5, p. 576-589.

MEHAN, H. (1979). *Learning Lessons: Social Organization in the Classroom*. Cambridge: Harvard University Press.

MORIN, L. (1973). *La méthodologie de l'histoire de vie*. Québec: Universidade Laval/Instituto Superior das Ciências Humanas [Coleção "Instruments de Travail", n. 13].

SHERMAN, R.R. & WEBB, R.B. (1988). *Qualitative Research in Education – Focus and Methods*. Londres: Falmer Press.

TAYLOR, S.J. & BOGDAN, R.C. (1984). *Introduction to Qualitative Research Methods – The Search for Meanings*. 2. ed. Nova York: Wiley.

TESCH, R. (1990). *Qualitative Research – Analysis Types and Software Tools*. Nova York: Falmer Press.

TURNER, R.H. (1969). "The Quest for Universals in Sociological Research". In: McCALL, G.J. & SIMMONS, J.L. (orgs.). *Issues in Participant Observation: A Test and a Reader*. Reading (Mass.): Addison-Wesley, p. 205-215.

VAN MAANEN, J. (org.) (1983). *Qualitative Methodology*. Beverly Hills (Califórnia): Sage.

ZNANIECKI, F. (1934). *The Method of Sociology*. Nova York: Farrar and Rinehart.

Todos os direitos reservados e protegidos
pela Lei 9.610/1998.

**A teorização enraizada (*grounded theory*):
procedimento analítico e comparação com outras
abordagens similares**

Anne Laperrière

Os métodos sobre os quais apresentamos o procedimento analítico, neste texto, são bastante conhecidos no Québec, e alguns de seus elementos são amiúde utilizados em conjunto. O essencial desta exposição é consagrado às regras analíticas da teorização enraizada (*grounded theory*), que compararemos, em seguida, com aquelas da abordagem etnográfica, e depois, com as da abordagem mista de Miles e Huberman¹ (1984). Ainda que esta última abordagem não possa ser considerada como uma metodologia original, ela continua sendo interessante por sua tentativa de fundir os objetivos da etnografia com os da teorização enraizada².

Mesmo que a teorização enraizada e a etnografia tenham em comum um alto grau de sistematização, visando à explicitação das estruturas e regularidades dos fenômenos sociais, elas divergem quanto a seus objetivos finais. A teorização enraizada visa, em primeiro lugar, à *elaboração de uma teoria*, decerto enraizada na realidade empírica, porém não constituindo dela uma descrição; os casos empiricamente observados não são aí considerados em si mesmos, mas sim, como *instâncias* do fenômeno social observado. Ao contrário, a etnografia, ainda que também persiga objetivos teóricos, dá prioridade à *descrição*, a mais exata e exaustiva possí-

1. Tesch (1990) classifica a abordagem de Miles e Huberman sob o termo de "realismo transcendental", que designa os métodos qualitativos que visam evidenciar redes locais de causalidade (ver BERG, D.N. & SMITH, K.K. *Exploring Clinical Methods for Social Research*. Beverly Hills [Califórnia]: Sage, 1985). Os próprios Miles e Huberman falam em "positivismo lógico". Aqui, empregaremos preferencialmente o termo "abordagem mista", para qualificar a abordagem mais metodologicamente do que epistemologicamente.

2. O fato de que as abordagens mistas sejam privilegiadas pela maioria dos pesquisadores qualitativos quebequenses, e que as instituições que financiam as pesquisas geralmente exijam, por outro lado, uma amostra relativamente ampla, explica, indubitavelmente, a fama que conheceu no Québec (como alhures) a obra de Miles e Huberman (1984). É em parte em razão dessa popularidade que decidimos apresentar brevemente a sua abordagem, neste artigo.